



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de sanção da lei instituindo o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista; da lei dispondo sobre as comissões de conciliação prévia e da lei que proíbe o funcionamento de bombas de auto-serviço nos postos de abastecimento de combustíveis*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRÁSILIA, DF, 12 DE JANEIRO DE 2000

*Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, Doutor Francisco Dornelles; Senhores Ministros de Estado; Senhor Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, Ministro Wagner Pimenta; Senhores Ministros do Tribunal Superior do Trabalho; Senhores Líderes, tão numerosamente aqui presentes; Senhores Relatores do projeto de lei, o Senador Moreira Mendes, Deputado Pedro Henry, Deputado Luciano Castro e o Deputado Jair Meneguelli; Senhor Presidente da Comissão do Trabalho, Deputado José Múcio; Senhoras Parlamentares; Senhores Parlamentares; Senhores Dirigentes de Centrais Sindicais, das Confederações Patronais e das Associações Comerciais; Senhoras e Senhores,*

A cerimônia de hoje é bem um exemplo de como o Brasil está avançando, tornando a Justiça do Trabalho mais ágil, mais eficaz e menos congestionada. As palavras do nosso Ministro Wagner Pimenta foram muito expressivas. Agradeço não só as suas palavras como a sua presença e o fato de tê-las proferido aqui, no Palácio do Planalto. Elas mostram, efetivamente, o empenho que existe hoje, nos vários segmentos da sociedade brasileira, para

que possamos ter uma Justiça, como o próprio Ministro disse, mais rápida, mais democrática e mais barata.

Esse rito sumaríssimo traz a rapidez necessária para a solução das pequenas causas trabalhistas. Apraz-me dizer que o Congresso Nacional tem votado matérias de suma importância para o Brasil na área trabalhista. E as tem votado dentro daquele espírito que o Ministro Dornelles mencionou aqui, ou seja, buscando sempre ouvir os vários pontos de vista e chegar, após uma longa negociação, a resultados que sejam amplamente satisfatórios.

Quero recordar que se hoje estamos, aqui, sancionando este rito sumaríssimo e também as Comissões de Conciliação Prévia – que são um instrumento de entendimento e de diálogo – é porque o Congresso Nacional, nos anos passados, introduziu modificações muito importantes na área rural. E lá, também, introduzimos o rito sumaríssimo, para desapropriação.

E em matérias que eram consideradas impensáveis, há muito pouco tempo, que ninguém acreditava que fosse possível mexer, nós mexemos. Com o apoio sempre do Congresso Nacional e buscando interpretar o sentimento do país, que vai sempre na direção do entendimento e do diálogo, que são, naturalmente, essenciais para a democracia.

Toda a gente sabe que a democracia não significa ausência de conflitos. Ela é, ao contrário, uma opção racional e civilizada para a solução de conflitos. Uma sociedade como a nossa, que se moderniza, que está cada vez mais avançada, não pode acreditar que exista, assim, um Estado idílico, onde não existam oposições, contradições, conflitos de interesse de classe e mesmo dissenso.

Agora, o que ela não pode é resolver essas questões de forma impositiva. O que ela não pode é deixar que essas divergências de opinião obstaculizem as soluções necessárias para o país avançar. O que ela precisa é o que estamos fazendo, com o apoio do Congresso, que é criar os instrumentos que canalizem as negociações, canalizem as possibilidades de um entendimento, de uma maneira muito clara.

Aproveito a oportunidade para agradecer ao Ministro Dornelles o empenho com que tem se dedicado à solução das questões

mais espinhosas. Não apenas o empenho, mas o modo pelo qual tem feito, que é buscando, realmente, a compreensão ampla, o entendimento entre as várias partes. Ele tem sido, realmente, exemplar nesse sentido. O Ministro Dornelles acabou de dizer qual é o pensamento do Governo nessa matéria.

Queremos, sim, modificar muita coisa nas legislações do Brasil, inclusive na área trabalhista. Mas não queremos modificações que tirem ou reduzam direitos, queremos modificações que levem à modernização das relações de trabalho. E que essa modernização implique um espaço de liberdade negociada, sempre – e friso – com a participação dos sindicatos.

Não cabe, em uma sociedade democrática, a idéia de que as questões trabalhistas possam se resolver pura e simplesmente pela imposição do mais forte sobre o mais fraco. Ou, tampouco, cabe que essas questões sejam, digamos, congeladas por legislações que, muitas vezes, atenderam, e oportunamente, mas há décadas – quando não, há mais de meio século –, à situação social, que hoje é uma situação que mudou. Do que nós precisamos é de mecanismos que compreendam essas mudanças, que dêem espaço a essas mudanças, mas que não subtraíam os direitos sociais, nem que impeçam aquilo que é legítimo e necessário, que é a participação ativa dos sindicatos na condução das negociações trabalhistas.

É com esse espírito que nós, não apenas neste momento, estamos aqui sancionando algumas matérias que têm relevância. Creio que são inovações, como o Ministro disse e o Presidente do Tribunal reafirmou, são inovações, e inovações importantes, que mostram qual é a disposição do Governo e qual é a disposição do Congresso nessas matérias.

Não precisamos nem devemos ficar paralisados pelo medo de que, ao se mudar, se perde. É preciso analisar, mas é preciso avançar. Não temos o direito de desconhecer que metade da população que trabalha está fora de qualquer legislação, e que este é o maior problema que temos hoje, que é a maneira pela qual vamos introduzir em um sistema que resguarde as condições de trabalho aqueles que estão,

hoje, na informalidade. Não podemos, simplesmente, pensar naqueles que têm já suas garantias fixadas pela lei, e, muitas vezes, garantias que são impeditivas até para que esses próprios segmentos se ajustem de uma forma mais adequada – reitero, sempre com a liderança dos sindicatos – às situações cambiantes do mundo de hoje.

É esse o espírito que nos guia aqui. E apraz-me ver que esse sentimento da necessidade, não apenas das modificações na legislação, mas também das modificações que dizem respeito ao Judiciário, está amplamente apoiado hoje em dia. O Ministro Wagner Pimenta fez referência a alguns temas, muitos dos quais estão ainda em discussão no Congresso Nacional, mas que são importantes para que possamos seguir na modernização e no atendimento efetivo da nossa população em termos da prestação de Justiça.

Esse congestionamento do Judiciário, tantas vezes criticado pelos próprios juízes, tantas vezes lastimado por aqueles que são vítimas da impossibilidade que a Justiça tem hoje de agir mais rapidamente, esses problemas têm que ser enfrentados por nós com firmeza. É preciso discutir com seriedade o que foi dito pelo Ministro (o efeito vinculante, o princípio da relevância), colocando-se sempre, a partir das negociações, as salvaguardas necessárias para garantir aquilo que é direito individual, o que é liberdade, o que é a evolução do pensamento do próprio sistema judiciário, o que é a independência e a integridade da decisão do juiz, qualquer que seja o grau desse juiz, conciliando esses diversos fatores que dizem respeito à estrutura do sistema judiciário. Não podemos ficar paralisados, temendo que a inovação possa ter riscos. Algum risco há de se correr sempre, se se quer mudar. Desde que esse risco seja assumido com consciência dele e desde que não seja em detrimento daqueles que precisam, pelo contrário, de maior apoio. Por que não correr esse risco?

Vi o Ministro até introduzir aqui, para mim, que sou leigo, uma novidade jurídica: permitir um momento de experiência em alguns desses efeitos, não sei se do vinculante ou do princípio da relevância, para que a sociedade avalie se, efetivamente, valeu a pena aquilo ou não. Se há temor, muitas vezes, de avançar, avança-se com cautela, mas não se fique paralisado.

O Ministro falou quase fazendo um apelo: sobretudo, é preciso que tiremos da nossa frente uma série de preconceitos e de idéias fixas a respeito do que cada um de nós quer. Tenho certeza de que o que cada um de nós quer, uma vez realmente colocado à prova em um debate, é melhorar a situação do país, é fazer com que o País tenha melhores condições para avançar. E esse país não é uma abstração. São pessoas. Pessoas concretas, que se organizam ou que não se organizam. Não podemos, pura e simplesmente, não entrar no debate e, já no começo, dizer: “Não. Não vou por aí porque isso quer tal coisa.” E se começa a fazer o juízo de intenções.

Ora, o juízo de intenções cabe a Deus, que as conhece, aos psicanalistas, àqueles que têm o tempo e a pachorra de contarem seus problemas a terceiros. E, às vezes, a própria pessoa, nem ela própria tem muito clara a sua intenção. O juízo de intenções não ajuda muito. Dizer: “Não, fulano fez isso porque quer aquilo”, não tem muito sentido. É muito melhor ter a integridade de correr o risco de ver se é isso mesmo, e pagar para ver.

Acho que se tivermos a candidez, eu quase diria, de enfrentarmos os nossos problemas, que são grandes, mas começando não por achar que o outro não quer, mas abrindo um espaço de confiança, pensando no país muito mais do que nos interesses de cada um de nós, de cada um dos nossos segmentos, que sejam políticos, que sejam sociais, podemos avançar. E avançaremos muito.

Não quero me alongar. Acredito que estamos, neste ano de 2000, iniciando um novo momento das transformações brasileiras. Uma sociedade, hoje em dia, qualquer que ela seja, não pode se furtar ao desafio da transformação. A própria tecnologia leva, necessariamente, a transformações.

A rapidez com que as pessoas absorvem valores, hoje, com que as pessoas observam comportamentos, mesmo de outros povos, hoje, aumenta as demandas, aumenta as expectativas. Faz cair sobre todos nós, que temos funções de liderança – quer seja um líder sindical, um líder empresarial, o parlamentar, o governante, todos nós –, uma responsabilidade cada vez maior, porque temos que atender a de-

mandas que são crescentes. Portanto, é uma sociedade que está sempre necessitando de transformar-se, de mudar. Não obstante, há momentos em que essas transformações se fazem mais céleres, e momentos em que se fazem menos céleres.

Nos últimos anos, por força das circunstâncias, o meu governo propôs, o tempo todo, uma agenda de reformas. Essas reformas estão em marcha. Nem todas estão concluídas, mas, também, é visível que muitas delas estão por terminar. Estão, pelo menos, por terminar uma etapa. Repito: o País vai continuar se transformando, a reforma é sempre presente. Mas creio que estamos entrando numa fase de uma agenda em que, talvez com menos força, se requeiram as transformações do quadro jurídico-institucional e, com mais força, as transformações no quadro comportamental, na ação prática de cada um de nós, na colocação de temas que dizem respeito quase que à vida cotidiana e que já não requerem tanto uma transformação em termos jurídico-institucionais.

Não quero ser mal interpretado e imaginar que estou dizendo que não se precisa mais de reformas, não. Precisamos das reformas. Vamos fazê-las. Vamos continuar a fazer as reformas. As transformações vão se complementando, cada vez mais, por medidas como estas que estamos tomando aqui, hoje, que, muitas vezes, são infraconstitucionais, mas que têm um efeito prático muito grande.

Quero, portanto, seguindo o apelo que fiz, de uma negociação ampla na sociedade, desses temas que dizem respeito ao interesse da população, pedir a todos os presentes que transmitam àqueles que eles representam que é necessário que abramos nosso espírito, no sentido de buscar, cada vez mais, o diálogo e o entendimento, no pressuposto, já dito mas reiterado, de que não se busca consenso, não se busca anular as divergências, não se busca esmagar o outro, mas se busca encontrar caminhos que permitam que, através de um espírito mais aberto, essas divergências possam ser processadas e o País possa avançar.

Tenho certeza de que as decisões hoje tomadas aqui, que são fruto de todos nós, abrirão espaço maior ainda de negociação. Tenho cer-

teza de que, mesmo não sendo imperativa, a Comissão de Conciliação Prévia vai ser, crescentemente, utilizada, porque a sociedade deseja isso.

Pode ser que outros pensem que não, que só com a força da lei. Às vezes, outros querem outras forças, até maiores que a lei, coisa que sempre recusei, mas pensem que só com a força da lei será possível mudar o comportamento. Acho que, ao pensarem assim, não vêem o que é o Brasil de hoje. O Brasil vai mais depressa, aceita mais depressa as transformações, deseja mais as transformações do que nós mesmos somos capazes de propô-las.

Tenho certeza de que, seguindo o que o Ministro Dornelles mencionou aqui – a possibilidade de uma negociação com amplo espaço, amplo mesmo –, vamos poder alterar – reitero, sem prejuízo, sobretudo dos mais fracos, sem prejuízo do que já está estabelecido –, vamos poder buscar caminhos que, dentro da liberdade de opção, possam construir uma sociedade ainda mais justa, ainda melhor, mais feliz para todos nós.

Muitíssimo obrigado.